

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES MDS Nº 41/2026**

**PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME, E A CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**PROCESSO Nº 71000.013605/2026-56.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**, doravante denominado **PARTÍCIPE 1**, com sede em Brasília/DF, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco A, CEP 70054-906, inscrito no CNPJ sob o nº 05.526.783/0001-65, neste ato representado por seu Ministro de Estado, Sr. **JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**, nomeado pelo de Decreto de 31 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2025, e a **CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO**, doravante denominado **PARTÍCIPE 2**, com sede e endereço na Alameda Xingu, nº 512, andares 21 a 25, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri/SP, CEP 06455-030, inscrito no CNPJ nº 01.027.058/0001-91, neste ato representado pelo Sr. **RENATO KINDI NODA**, **RESOLVEM** celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, doravante denominado **PROTOCOLO**, tendo em vista o que consta do Processo nº 71000.013605/2026-56 e em observância, no que couber, às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Lei nº 14.995 de 10 de outubro de 2024, que instituiu o Programa Acredita no Primeiro Passo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES** tem por objeto a adesão do **PARTÍCIPE 2** ao Programa Acredita no Primeiro Passo (“Programa Acredita”), bem como estabelecimento de mecanismos de cooperação entre os **PARTÍCIPEs** com vistas a promover a inclusão socioeconômica de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio da oferta de ações de apoio à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho, e de incentivo ao empreendedorismo.

**Subcláusula primeira.** Os **PARTÍCIPEs** conduzirão suas relações com base nos seguintes princípios:

- a) interesse e benefício dos participantes do programa;
- b) atualização de bases de dados;
- c) publicização das iniciativas; e
- d) compartilhamento de dados e informações, observando o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019.

**Subcláusula segunda.** As ações e iniciativas promovidas no âmbito do presente **PROTOCOLO** visam promover a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

**Subcláusula terceira.** A produção e a disseminação de conhecimentos e metodologias resultantes da presente cooperação devem apoiar os objetivos de políticas públicas de interesse dos **PARTÍCIPEs**, em especial a inclusão socioeconômica, visando à consecução de finalidade de interesse público.



**Subcláusula quarta.** A celebração deste PROTOCOLO não implica nenhuma espécie de sociedade, associação, *joint venture*, relação de parceria ou de representação comercial, solidariedade obrigacional, nem qualquer responsabilidade direta ou indireta, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada um dos PARTÍCIPES.

**Subcláusula quinta.** A oferta de programas, projetos e ações pelos PARTÍCIPES, no âmbito deste PROTOCOLO, às pessoas inscritas no CadÚnico serão a título gratuito e não oneroso.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS**

Para consecução do objeto estabelecido neste PROTOCOLO, constituem contribuições de ambos os PARTÍCIPES, na medida de suas possibilidades:

- a) apoiar a implementação de programas, projetos e ações que acelerem a inclusão social e produtiva;
- b) simplificar e facilitar procedimentos e reduzir barreiras de intermediação de mão de obra para (re)inserir o público do CadÚnico no mundo do trabalho;
- c) ampliar o acesso à qualificação profissional com vistas à empregabilidade e empreendedorismo;
- d) elaborar e disseminar estudos, pesquisas, experiências e resultados de políticas de inclusão produtiva, novas ocupações e tecnologias disruptivas, mapeamento de demandas produtivas locais e desenvolvimento do capital humano de pessoas inscritas no CadÚnico; e
- e) identificar demandas produtivas inclusivas, aproveitar capacidades empreendedoras e fomentar novos negócios.

**Subcláusula primeira.** Os PARTÍCIPES concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades e do Plano de Trabalho a ser construído, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações.

**Subcláusula segunda.** Os PARTÍCIPES observarão os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenham acesso por força da execução desta parceria.

**Subcláusula terceira:** Os PARTÍCIPES deverão manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização do outro PARTÍCIPE.

**Subcláusula quarta:** As ações descritas neste Termo possuem natureza exclusivamente orientadora e não configuram obrigações executórias para a iniciativa privada, cuja participação, limites, responsabilidades, recursos envolvidos e ações concretas dependerão da celebração do instrumento jurídico específico entre as Partes.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA IMPLEMENTAÇÃO**

Observados os regulamentos internos de cada PARTÍCIPE, a implementação dos objetivos deste PROTOCOLO será realizada mediante prévias e oportunas formalizações de instrumentos jurídicos específicos, caso necessário, quando serão fixados os direitos e obrigações de cada um, os quais farão referência expressa a este PROTOCOLO, o qual será parte integrante deles, independentemente de sua transcrição.

**Subcláusula primeira.** Os instrumentos jurídicos específicos, observadas as respectivas competências regimentais de cada PARTÍCIPE, estabelecerão e desenvolverão esforços relacionados aos campos de inclusão social e produtiva, empregabilidade, capacitação e qualificação profissional, inovação, entre outros.

**Subcláusula segunda.** Os PARTÍCIPES cooperarão em ações conjuntas para a realização de oficinas e outros eventos necessários à implementação do presente PROTOCOLO, definidos a partir de um plano de trabalho estabelecido por ambas as partes."

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS**

Não haverá transferência de recursos financeiros ou doação de bens entre os PARTÍCIPES para a execução do presente PROTOCOLO. As despesas eventualmente necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos PARTÍCIPES.

**Subcláusula primeira.** As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

**Subcláusula segunda.** Os serviços decorrentes do presente PROTOCOLO serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos PARTÍCIPIES quaisquer remunerações por esses serviços.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente PROTOCOLO, não sofrerão alteração na sua vinculação e nem acarretarão quaisquer ônus e/ou responsabilidades trabalhistas, previdenciárias, cíveis ou administrativas aos outros PARTÍCIPIES.

**Subcláusula única.** As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no PROTOCOLO e por prazo determinado. Da mesma forma, a CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO declara que não haverá cessão, alocação ou disponibilização de empregados, colaboradores ou prestadores de serviços à outra Parte, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no PROTOCOLO e por prazo determinado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA**

Este PROTOCOLO inicia-se na data de sua assinatura e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

O presente PROTOCOLO poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO ENCERRAMENTO**

O presente PROTOCOLO será extinto sem qualquer ônus, multa ou penalidade:

- a) por advento do termo final, sem que os PARTÍCIPIES tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por comunicação de qualquer dos PARTÍCIPIES, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria; ou
- c) por consenso dos PARTÍCIPIES antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado.

#### **CLÁUSULA NOVA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Os PARTÍCIPIES empreenderão esforços e medidas para atendimento ao disposto na legislação aplicável visando à sustentabilidade ambiental das cadeias produtivas e o combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e ao trabalho adolescente, sendo este último salvo na condição de aprendiz, bem como manter ética e valor profissional que impeçam a ocorrência de assédio moral ou sexual, racismo ou crime contra o meio ambiente e práticas de corrupção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO**

O PARTÍCIPE 1 deverá publicar o PROTOCOLO na página do sítio oficial da Administração Pública na internet.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COORDENAÇÃO**

A coordenação geral do presente PROTOCOLO ficará a cargo conjuntamente do PARTÍCIPE 1, por meio da Secretaria de Inclusão Socioeconômica, e do PARTÍCIPE 2, por meio Sr. Renato Kindi Noda.

**Subcláusula única.** A Coordenação poderá convidar outros parceiros a participarem de atividades no âmbito deste PROTOCOLO através de instrumento próprio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO**

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste PROTOCOLO deverá possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, e da Instrução Normativa nº 02, de 20 de abril de 2018, da Secretaria-Geral da Presidência da República. A CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO poderá realizar ações de comunicação institucional relacionadas ao PROTOCOLO, desde que observadas as diretrizes gerais estabelecidas pelo Órgão Público e desde que tais ações não caracterizem promoção pessoal de agentes públicos. Fica claro que a presente cláusula não impede a divulgação

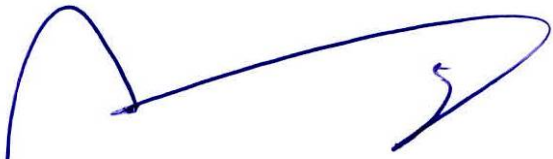
da participação da CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO em iniciativas de caráter social, institucional ou corporativo, nos limites das normas de compliance e comunicação da empresa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

As situações não previstas no presente PROTOCOLO serão solucionadas de comum acordo entre os PARTÍCIPES, cujo direcionamento deve visar à execução integral do seu objeto.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Teresina/PE, 13 de março de 2026.



---

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,  
Família e Combate à Fome



---

**RENATO KINDI NODA**

Gerente Executivo de Relações Governamentais da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento

Testemunhas:

---

Nome:  
CPF:



---

Nome:  
CPF:

